do seu conteúdo sem a devida autorização, antes da tomada de decisão ou do ato administrativo para o qual foi produzido, por qualquer meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acesso indevidos, caracteriza o crime de violação de sigilo funcional, art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, violando também o art. 157, inciso X da Lei Complementar estadual n. 197/2000, sujeitando, ainda, o agente público responsável às sanções administrativas cabíveis.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 19 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3326/2023-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006, e

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso VI, da Resolução nº 012/2017-CPJ, dispõe que cabe ao Coordenador do GSI "propor ao Procurador-Geral de Justiça a regulamentação de procedimentos operacionais padronizados (POP) paradisciplinar o funcionamento do Grupo";

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar rotinas das diligências de procedimentos de interceptação telemática e análise de dados.

CONSIDERANDO, ademais, o que dispõe o art. 24 da Resolução nº 156/2017-CNMP que determina: "Os atos cuja publicidade possa comprometer a efetividade das ações de segurança institucional deverão ser publicados em extrato";

CONSIDERANDO a documentação que instrui o SIP nº 8445/2022,

R E S O L V E:

Art. 1º. Aprovar o Procedimento Operacional Padronizado sobre "interceptação telemática e análise de dados" em anexo sigiloso;

Art. 2º. Caberá ao Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) adotar medidas acompanhar o cumprimento do Procedimento Operacional Padronizado, bem como sugerir sua atualização;

Art. 3º. O Procedimento Operacional Padronizado é documento de utilização interna e considerado preparatório de acordo com o art. 3º, inciso XII, do Decreto nº 7.724/2012, e, conforme art. 20, não está sujeito à classificação e divulgação previstas em Lei.

Art. 4º. A divulgação, revelação, fornecimento, utilização ou reprodução do seu conteúdo sem a devida autorização, antes da tomada de decisão ou do ato administrativo para o qual foi produzido, por qualquer meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acesso indevidos, caracteriza o crime de violação de sigilo funcional, art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, violando também o art. 157, inciso X da Lei Complementar estadual n. 197/2000, sujeitando, ainda, o agente público responsável às sanções administrativas cabíveis.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 19 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 952288

PORTARIA Nº 3234/2023-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do GEDOC nº 126527/2023,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, RAYANNE OLIVEIRA PALHETA DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Ministerial, vinculado a 9ª Procuradoria de Justiça Criminal, a partir de 14/06/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 15 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3235/2023-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, GABRIEL OLIVEIRA MORAES DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Ministerial, vinculado a 7ª Procuradoria de Justiça Cível, a partir de 14/06/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 15 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3241/2023-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;

R E S O L V E:

DELEGAR ao Exmº. Sr. Promotor de Justiça, LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA, atribuições específicas para, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor Ministerial, a Sra. KALINHY CAMILY CUNHA DE AZEVEDO, nomeada conforme a PORTARIA nº 2962/2023-MP/

PGJ, publicada no D.O.E em 07/06/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 15 de junho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 952443

EXTRATO DE PORTARIA Nº 001/2023-MP/PJAC

Ref.: Procedimento administrativo (Acompanhamento - Plano de Atuação) SAJ. 09.2023.00000454-9

A Promotoria de Justiça de Augusto Corrêa, com fundamento no art. 8º, da Resolução n.º 174, do CNMP, de 4 de julho de 2017, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (SAJ. Nº 09.2023.00000454-9), o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Av. Magalhães Barata, 282, Bairro: Santa Cruz, CEP: 68.610-000, Augusto Corrêa-PA, E-mail: mpaugustocorrea@mppa.mp.br.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

POLO PASSIVO: Município de Augusto Corrêa-PA

ASSUNTO: acompanhar a resolução referente ao plano de atuação Biênio 2022/2023, visando fiscalizar as principais problemáticas do município de Augusto Corrêa, sendo eles o seguinte: longo tempo sem realização de concurso público; estrutura física, equipamentos, acesso a atendimentos e medicamentos nos Postos de saúde precários; bem como longo tempo na realização da obra na Escola Municipal André Alves.

Januário Constâncio Dias Neto

Promotor de Justiça Titular de Augusto Corrêa

Protocolo: 952743

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº 006/2023-MP-2º PJ/MA/PC/HU

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, no uso de suas atribuições legais e, em atenção, por analogia, ao disposto no art. 27, parágrafos 1º e 2º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem, por meio deste edital tornar público o ARQUIVAMENTO do INQUÉRITO CIVIL SIMP nº 000541-125/2019-MP/2ªPJ/MA/PC/HU que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso por razões escritas ou documentos, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, que decidirá pela homologação ou rejeição da presente promoção de arquivamento.

Inquérito Civil nº 000541-125/2019-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985

Investigado: MATERNIDADE DO POVO II

Objeto: Apurar a ausência de controle de efluentes, bem como de controle de distribuição e coleta de resíduos sólidos no prédio do Hospital Maternidade do Povo II, localizado na Pass. Major Eliezer Levy, nº 266, nesta cidade.

Publique-se para os devidos fins.

Belém, 19 de junho de 2023.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural,

Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 952748

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO PORTARIA N. 005/2023/MP/5ªPJCDCCI

A 5ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci, com fundamento na Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 007/2019-CPJ/2019, do Colégio de Procuradores de Justiça - MPPA, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 09.2023.00000760-2, originado da NF 01.2022.00000469-0, que se encontra à disposição na 5ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci, situada na Rua Manoel Barata, 1289, Ponta Grossa, Distrito de Icoaraci, CEP: 68.812-020, Belém-Pará.

PORTARIA Nº 005/2023/MP/5ªPJCDCCI.

INTERESSADA: J.D.S.C.L.

Assunto: Acompanhar a situação da Sra. J.D.S.C.L., referente a sua saúde mental.

MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA – Promotor de Justiça

Protocolo: 952756

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO DABOAVISTA/PA RECOMENDAÇÃO 002/2023 – PJ/SSBV

Notícia de Fato

SIMP nº 000088-059/2023

A Promotoria de Justiça de São Sebastião da Boa Vista/PA, com fundamento no art. 54, VI, §3º, da Lei Complementar nº 057 de 06.07.2006, torna pública a RECOMENDAÇÃO 002/2023 – PJ/SSBV qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida das Acácias, s/n, Bairro do Aeroporto, São Sebastião da Boa Vista/PA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ resolve RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do município de São Sebastião da Boa Vista - Getúlio Brabo de Souza, que cumpra as diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas n.º 03/05, que aprovou a Política Nacional sobre Drogas, no sentido de propor à Câmara Municipal a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas no município de São Sebastião da Boa Vista.

Fixo o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da notificação, para a